



ESTUDO DE IMPACTO FINANCEIRO: ISENÇÃO DE IPTU PARA PACIENTES COM CÂNCER EM SANTA HELENA DE GOIÁS/GO

1. INTRODUÇÃO

Este estudo tem como objetivo quantificar a potencial renúncia de receita anual para o município de Santa Helena de Goiás/GO, caso seja implementada uma política de isenção total do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) para todos os cidadãos diagnosticados com câncer, com base nas premissas estabelecidas.

2. METODOLOGIA E PREMISSAS

Para a realização deste cálculo, foram utilizados os seguintes dados e premissas:

- a) **População do Município:** 38.492 habitantes, de acordo com o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2022.
- b) **Taxa de Prevalência de Câncer:** 0,42%, conforme a taxa de prevalência de 5 anos para a população brasileira, utilizada como base para este estudo (em anexo).
- c) **Valor do IPTU:** Um valor médio estimado entre R\$ 200,00 e R\$ 300,00 por imóvel/cobrança.
- d) **Premissa de Cálculo:** Assume-se uma relação direta de um diagnóstico de câncer para uma isenção de IPTU, para fins de estimativa.

3. RESULTADOS DA ANÁLISE

a) **Número Estimado de Beneficiários:** Primeiramente, calculou-se o número estimado de habitantes que poderiam ser elegíveis para a isenção no município:



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA HELENA DE GOIÁS ESTADO DE GOIÁS

I - Cálculo: População Total $\times$ Taxa de Prevalência

III - Resultado: $38.492 \times 0,0042 \approx \underline{162 \text{ pessoas}}$

Com base na taxa de prevalência, estima-se que aproximadamente **162 habitantes de Santa Helena de Goiás seriam** potencialmente beneficiados pela medida. Ademais, é importante consignar que, conforme o projeto de lei, não basta que o cidadão esteja com câncer, mas que tenha um único imóvel e que o próprio faça uso dele – portanto, o número de beneficiários pode ser ainda menor. Todavia, para o presente estudo, será desconsiderado esses pormenores.

b) Impacto Financeiro Anual na Arrecadação: Com base no número de beneficiários, o impacto financeiro anual para os cofres do município foi projetado em três cenários:

I - Cenário de Impacto Mínimo (Valor do IPTU = R\$ 200,00):

$$162 \times R\$200,00 = R\$ 32.400,00$$

II - Cenário de Impacto Médio (Valor do IPTU = R\$ 250,00):

$$162 \times R\$250,00 = R\$ 40.500,00$$

III - Cenário de Impacto Máximo (Valor do IPTU = R\$ 300,00):

$$162 \times R\$300,00 = R\$ 48.600,00$$

4. ANÁLISE DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO

A implementação de uma política de isenção de IPTU para pessoas com câncer em Santa Helena de Goiás representaria uma renúncia de receita anual estimada entre R\$ 32.400,00 e R\$ 48.600,00, com um impacto médio de aproximadamente R\$ 40.500,00.

Para contextualizar a magnitude deste valor, compara-se o impacto



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA HELENA DE GOIÁS ESTADO DE GOIÁS

médio com a arrecadação anual total do município, estimada em R\$ 220 milhões:

- **Cálculo Percentual:** $(\text{Impacto Médio} / \text{Arrecadação Total}) \times 100$
- **Resultado Percentual:** $(40.500,00 / 220.000.000,00) \times 100 \approx 0,0184\%$

A análise demonstra que a **renúncia fiscal é irrisória**, correspondendo a **menos de dois centésimos de um por cento** do orçamento total do município. Este valor é tão **insignificante** que não afeta de forma substancial o equilíbrio das contas públicas. Qualquer corte mínimo em gastos supérfluos ou a implementação de medidas simples de economia, como a otimização do consumo de energia elétrica nas secretarias municipais ou medidas desse tipo, seria mais do que suficiente para compensar essa pequena renúncia fiscal.

5. CONCLUSÃO

A implementação de uma política de isenção de IPTU para pessoas com câncer em Santa Helena de Goiás/GO representaria uma renúncia de receita anual estimada entre R\$ 32.400,00 e R\$ 48.600,00, com um impacto médio de aproximadamente **R\$ 40.500,00**.

É importante ressaltar que este estudo é uma estimativa e se baseia em médias. O impacto real pode variar dependendo de fatores como a possibilidade de mais de uma pessoa com diagnóstico residir no mesmo domicílio (correspondendo a um único IPTU) ou o fato de que nem todos os pacientes com câncer são proprietários de imóveis, ou até mesmo que a pessoa possua mais de um imóvel em seu nome, não fazendo jus ao benefício, portanto.

A medida, embora represente um custo pequeno para o município, é uma política de alto valor social, oferecendo um suporte financeiro a cidadãos que enfrentam um período de grande vulnerabilidade física, emocional e financeira.